

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 25 de maio de 2023 às 07h51
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Governo dos EUA apoia Google em caso sobre letras de música 3

Exame.com | BR

25 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Como a Austrália regulou as big techs - e o que o Brasil pode aprender? 4

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Agência Senado | BR

Propriedade Intelectual

Plenário confirma Guilherme Patriota como representante do Brasil na OMC 7

NOTÍCIAS

Governo dos EUA apoia Google em caso sobre letras de música

Governo dos EUA apoia Google em caso sobre letras de música

A procuradora-geral dos Estados Unidos disse que a Suprema Corte do país não deve revisar uma decisão favorável ao Google em um processo em que o site Genius alega que a companhia copiou transcrições de letras de músicas feitas pelo serviço.

O Genius, anteriormente conhecido como Rap Genius, processou o Google no tribunal estadual de Nova York em 2019, alegando que a plataforma publicou suas transcrições de letras de músicas no topo dos resultados de pesquisa do Google sem permissão.

O Genius não possui os **direitos** autorais sobre as letras, que normalmente são detidos pelos artistas ou gravadoras. A empresa acusa o Google de violar os termos de serviço ao roubar seu trabalho e republicá-lo em páginas do Google.

A procuradora-geral dos EUA, Elizabeth Prelogar, disse em um documento judicial que os juízes da Suprema Corte deveriam manter a decisão do 2º Tribunal de Apelações dos EUA, que considerou que o caso do Genius foi anulado pela lei federal de **direitos** autorais.

Nesta quarta-feira, um porta-voz do Google disse que a empresa não "navega ou extrai dados de websites para obter letras de músicas" e que "a procuradora-geral e vários tribunais continuam considerando as alegações do Genius sem mérito".

Representantes do Genius e do gabinete da procuradora-geral norte-americana não responderam a pedidos de comentários.

O Google disse que possui licenças para as letras e argumentou que o Genius quer "ignorar os verdadeiros donos dos **direitos** autorais e inventar novos direitos por meio de um suposto contrato".

Como a Austrália regulou as big techs - e o que o Brasil pode aprender?

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Bill Gates disse anos atrás que, na "aldeia global do amanhã", a **internet** estava virando a pracinha da cidade. A Constituição da pracinha, porém, tem sofrido pressões por atualização. A regulação de plataformas ganhou destaque no Brasil com o avanço do PL 2.630/20, que instituiria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na **Internet**. Em todo o mundo, cada vez mais países têm aprovado legislações (veja abaixo).

As regras que hoje regulam redes sociais e buscadores datam de tempos em que problemas como a desinformação não eram debatidos e as big techs eram menos onipresentes na esfera pública. Em todo lugar, o centro da discussão é se as plataformas são ou não responsáveis pelo conteúdo publicado nelas. Apesar da boa intenção dos projetos, um risco é que, ao responsabilizar as empresas, se abra brecha para ataques à liberdade de expressão - cenário pior ainda em possíveis governos autoritários. Com algumas big techs entre as empresas mais ricas do mundo, ganhou força o tema econômico nas regulações, com demanda por pagamento a autores. Regular a pracinha da cidade nunca foi tão complexo.

Regulações pelo mundo

Quais são as leis já aprovadas e os debates em curso em alguns países

União Europeia: Digital Services Act (2022)

Regulação ampla, inclui temas como transparência algorítmica, publicidade infantil, exigência de escrutínio local e cooperação com autoridades;

válida para todas as intermediárias até o consumidor, incluindo varejistas, como a Amazon.

Austrália: News Bargaining Code (2021)

Exige negociação entre plataformas e veículos jornalísticos para remuneração;

ao todo, acordos chegaram a 200 milhões de dólares.

Canadá: Online News Act (em debate)

Inspirada na lei da Austrália, forçaria plataformas a negociar remuneração de conteúdo jornalístico;

outra lei, aprovada em abril, inclui remuneração de conteúdo cultural em redes como YouTube, TikTok e streamings.

Estados Unidos: mudança na Section 230 (em debate)

A Suprema Corte terá de decidir se responsabiliza as plataformas por conteúdo;

o Congresso discute a possibilidade de um fundo jornalístico ou de uma lei como a da Austrália.

- (Arte/Exame)

Como a Austrália regulou as big techs?

A Austrália foi pioneira ao passar em 2021 uma legislação que obriga a negociação de Google e Meta com veículos jornalísticos para remuneração de conteúdo. A regra teve como base recomendações do órgão de concorrência do país, a ACCC, que classificou o cenário anterior como um "desequilíbrio" no livre mercado. O economista Rod Sims, ex-chefe da ACCC que liderou o processo, falou à EXAME sobre o que acredita ter funcionado no caso australiano. Ou-

Continuação: Como a Austrália regulou as big techs - e o que o Brasil pode aprender?

tros países caminham para legislar sobre o tema, como o Canadá. No Brasil, o assunto estava junto com o PL das fake news relatado por Orlando Silva (P-CdoB), com proposta parecida com a da Austrália. Antes do fechamento desta edição, o trecho terminou transferido para um antigo projeto de marco legal dos **direitos** autorais, que pode incluir remuneração a artistas e outros temas. Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

O que fez a Austrália enxergar a necessidade de regular a remuneração de conteúdo jornalístico em plataformas digitais?

O governo nos pediu para fazer um levantamento e entendemos que havia um desequilíbrio: empresas jornalísticas tentando negociar e plataformas se recusando. Na legislação da Austrália, se há um claro desequilíbrio no poder de barganha, reguladores podem atuar - por exemplo, podemos permitir a empresas de minério negociarem coletivamente com um porto que tenha monopólio. Já havia, então, essa estrutura bem-aceita, não precisamos criar tudo. No caso das plataformas, a lógica é clara: se as partes não chegarem a um acordo de forma privada, haverá uma **arbitragem** pública. No fim, o Google fez um acordo com todas as empresas de mídia na Austrália que se classificaram.

Como foi a reação das plataformas?

Quando foi para o Parlamento, o Google ameaçou remover o buscador da Austrália. No dia seguinte, o presidente da Microsoft ligou para o primeiro-ministro, que disse que colocaria todos os recursos por trás do Bing para garantir que o mercado fosse suprido. O Google recuou. E eu acho que isso vale para qualquer país: não acredito que vão tirar os produtos do Canadá e muito menos do Brasil. É im-

pensável a ideia de que o Google vai abrir mão do Brasil. Já o Facebook ameaçou retirar todas as notícias do seu feed - embora se chamasse "feed de notícias" na época. Terminaram retirando alertas de incêndios florestais e de saúde na pandemia. A reação foi enorme, e eles também recuaram.

Por que o foco em poder e mercado, e não em **direitos** autorais?

Somos um regulador econômico, então era natural pensar na concentração do poder de negociação - o que é uma falha de mercado, claramente. **Direito** autoral, primeiro, não era algo sobre o qual sabíamos muito e, segundo, na época o departamento governamental nos disse para não seguir por essa linha. Queríamos que as coisas fossem tratadas por meio de negociações comerciais. A simples possibilidade de, se não houvesse negociação, entrar em **arbitragem** fortaleceu muito o poder das empresas de mídia. A partir daí, cada uma conseguiu negociar algo que a beneficiava de acordo com sua natureza, digital, impresso, TV. E também os pequenos: um grupo de 160 publicações bem pequenas se juntou para negociar um acordo, e conseguiu.

Como o senhor vê o debate no restante do mundo agora?

É muito bom que esteja ocorrendo em outros países. As empresas de tecnologia conseguiram confundir o debate, alegando que a Austrália só beneficiou a News Limited - que, como você sabe, é de Rupert Murdoch, uma figura polarizadora. Isso não é verdade. Hoje há veículos nativos digitais em todo canto, que, na minha visão, conseguiram um acordo por jornalista até melhor do que os grandes. E também é justo que os grandes sejam compensados. No entanto, acho que um projeto de lei que apenas crie um

Continuação: Como a Austrália regulou as big techs - e o que o Brasil pode aprender?

fundo e o dívida sem deixar que as negociações ocorram, como se ventila em alguns lugares, leva a negócios piores. Sinceramente, se eu fosse o Brasil, eu faria algo muito parecido com o que a Austrália fez.

No Brasil, o debate da remuneração ocorre ao mesmo tempo que o da regulação geral das plataformas, e têm ocorrido pressões contrárias. Não houve essa reação na sociedade australiana?

Tivemos o apoio de todos os partidos, houve um consenso. Agora, a questão de as plataformas serem ou não responsáveis pelo que está em seu site, discurso de ódio, algoritmos, tudo é muito importante, mas eu faria um projeto de lei separado. Do contrário, as plataformas usarão essa complicação no debate público. Ajuda a confundir as pessoas.

Plenário confirma Guilherme Patriota como representante do Brasil na OMC

NOTÍCIAS

O Plenário do Senado aprovou a indicação do diplomata Guilherme de Aguiar Patriota para o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e a outras nove organizações econômicas, em Genebra, na Suíça. Foram 44 votos a favor e 6 contrários. A indicação (MSF 19/2023) foi relatada pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG).

- Quero aqui fazer referência à qualidade profissional, da capacidade, da experiência dos nomes que foram indicados recentemente para ocupar as embaixadas brasileiras. Percebi o quanto a diplomacia brasileira tem na sua formação um aspecto profissional e abrangente que representa com muita dignidade o povo brasileiro - afirmou o relator.

O ministro de primeira-classe Guilherme de Aguiar Patriota nasceu em Genebra, em 1958, filho de pais brasileiros em missão oficial, o que lhe confere também a nacionalidade brasileira. No Instituto Rio Branco (IRBr), concluiu o curso de preparação à carreira diplomática em 1984 e o curso de aperfeiçoamento de diplomatas em 1993. Mais recentemente, em 2006, ele apresentou uma tese ao finalizar o curso de altos estudos do IRBr.

Entre 2003 e 2004, o diplomata chefiou a Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele também atuou como ministro-consultor na Delegação Permanente em Genebra, entre 2005 e 2008, e na missão junto às Nações Unidas em Nova York, de 2008 a 2010. No período entre 2019 e 2021, Patriota foi cônsul-geral em Mumbai, na Índia. Atualmente, aos 65 anos, atua como cônsul-geral em Tóquio.

Durante sua sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), no dia 18, Guilherme Patriota agradeceu ao governo sua indicação e fez um panorama

da história da OMC e da atuação do Brasil na organização. Ele disse que a OMC tem o desafio de se adaptar às novas demandas do mundo, desde novas formas de comércio até a questão do desenvolvimento sustentável.

Comércio global

Fundada em 1995, a OMC conta com a participação de 164 países atualmente. O início da organização, ainda como um Acordo Provisório (GATT), se deu após a 2ª Guerra Mundial, com objetivo de reconstruir a economia mundial. O órgão contribuiu para a criação de um sistema de comércio internacional forte e próspero e, conseqüentemente, para o crescimento econômico global ao longo da história.

O Brasil faz parte do grupo de 23 estados que deu origem à OMC, por meio do GATT, em 1947. Desde então, o país assumiu posições de liderança em diversas frentes negociadoras e, também, em discussões sobre a reforma do órgão, acordada em 2022.

Um dos principais objetivos do Brasil na OMC é assegurar uma crescente abertura dos mercados internacionais para bens e serviços brasileiros. Além disso, a atuação brasileira busca fortalecer o sistema multilateral de comércio, por meio de engajamento e protagonismo nas discussões sobre reforma da organização. Por fim, os representantes do país no órgão têm participado de diversos debates acerca de temas como regulamentação doméstica, comércio eletrônico e facilitação de investimentos.

Outras organizações

Guilherme Patriota atuará como delegado em outras nove organizações econômicas sediadas em Genebra. São elas: **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual; Conferência das Nações

Continuação: Plenário confirma Guilherme Patriota como representante do Brasil na OMC

Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; União Internacional das Telecomunicações; Centro Sul; Centro para o Comércio Internacional; União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas; Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa; Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação; e Fórum Econômico Mundial.

No relatório sobre a indicação, Viana destacou que, em relação à OMC, Patriota "apresenta metas para a promoção do comércio e investimentos; relações políticas bilaterais; atuação junto a organismos regionais e multilaterais; promoção da imagem, cultura, turismo e marca do país; cooperação para o

desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente; cooperação em ciência, tecnologia e inovação; cooperação em educação, cultura, saúde e defesa; cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades; e apoio às comunidades brasileiras no exterior".

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS) também elogiou a escolha de Guilherme Patriota para a OMC.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4

Arbitragem e Mediação

4

Propriedade Intelectual

7

Entidades

7